

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Na semana passada a mídia deu abrigo a uma denúncia eivada de inverdades sobre a minha conduta. Essa denúncia envolve um Parecer Técnico de minha autoria datado 14 de julho de 2010, sobre uma residência localizada em Guarulhos. Nesse Parecer concluí que esse imóvel não tinha relevância suficiente que justificasse o seu Tombamento pelas autoridades de Guarulhos. Assinalei no meu Parecer que o imóvel tinha sofrido diversas alterações que o descaracterizavam e anulavam o seu valor histórico. Sofria a casa em questão, de problemas de manutenção e conservação que colocavam em risco o seu uso. Convém lembrar que esse imóvel não foi em nenhum momento objeto de interesse do CONDEPHAAT, não sendo por ele tombado, nem mencionado em Estudos de Tombamento.

Esse meu Parecer, que não sugeria demolição, foi entregue a Câmara Municipal de Guarulhos para a sua deliberação, da qual não participei, não votei e nem estive presente. Assim a Câmara resolveu cancelar tombamento do imóvel em questão, decisão essa que foi enviada à Prefeitura de Guarulhos para providências operacionais.

Quero ressaltar aqui dois importantes aspectos sobre esse fato. O primeiro é de que não se pode responsabilizar o autor de um Parecer Técnico pela decisão posteriormente tomada por agentes públicos porque são universos distintos. O Parecer Técnico não pode ser confundido com a decisão da Câmara de Vereadores como também não tem o Parecer Técnico o poder de mando sobre as decisões da Prefeitura.

O segundo aspecto se refere à insistência da mídia em judicializar um Parecer Técnico sugerindo que um profissional seja impedido de exercer a atividade e de expressar sua opinião em Pareceres, e ao mesmo tempo ocupar cargo em um conselho. A decisão da Justiça também imputa ao autor do Parecer a

responsabilidade pelas atitudes posteriormente tomadas pelos agentes públicos.

Na mesma matéria mencionada pela mídia, são publicadas suposições a respeito da minha atuação no Plano Diretor do Instituto Butantan, em cujo desenvolvimento atuei como consultor. Em 2011 o Instituto solicitou à FAUUSP, que por sua vez convidou professores para, voluntariamente desenvolverem esse trabalho e eu fiz parte desse grupo de professores.

Uma vez entregues as Diretrizes de Projeto, o IB decidiu desenvolver o trabalho internamente e fui contratado como Consultor em três contratos, o primeiro entre 2018 e 2019, o segundo 2021 e o terceiro entre maio de 2022 e fevereiro de 2023. Portanto o trabalho de elaboração do PDDI do Instituto Butantan se estendeu por doze anos e foi aprovado pelo CONDEPHAAT. É importante esclarecer ainda que nesse caso do Butantan não participei das discussões, das deliberações e nem das votações da matéria, conforme documentado em Atas publicadas no Diário Oficial.

Sou Arquiteto, Urbanista e Designer graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Doutor e Mestre em “Estruturas Ambientais Urbanas” pela mesma Faculdade. Sou Professor concursado do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU USP, desde 1983, atualmente no cargo de professor Livre Docente 2.

Sou membro convidado da Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design - CIUAD da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Fui professor de Projeto de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie entre 1976 a 1983 e de História da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura de Santos entre 1979 a 1985.

Possuo cursos de especialização em “Problemas Urbanos em Países em Desenvolvimento” na Harvard University em Cambridge, Estados Unidos em 1970 e em “Questões Urbanas e Arquitetônicas para Habitação Popular” pelo Bouwcentrum for International Education da Universitaat Erasmus em Rotterdam, Holanda em 1983.

Fui vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (IAB-SP), no biênio 2005/2007 e Diretor Técnico da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura - AsBEA por um mandato. Fui também Diretor Tesoureiro da Fundação para Pesquisas Ambientais - FUPAM da FAUUSP por dois mandatos. Mantenho meu escritório de arquitetura, urbanismo e design desde 1975, onde executo trabalhos especializados em projeto de arquitetura, de urbanismo, de patrimônio e de restauro.

Fui Conselheiro do Conselho Consultivo do Acervo Artístico dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo por um mandato e Conselheiro do CONDEPHAAT por nove mandatos e mais três mandatos como Presidente. Sou o atual Presidente do Conselho no meu quarto mandato. Nos meus nove mandatos como Conselheiro, fui indicado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP em sete deles, e pela Secretaria de Cultura nos outros dois.

Estive em mandato no CONDEPHAAT por mais de 25 anos, praticamente metade da existência do Conselho.

No exercício da Presidência do CONDEPHAAT tenho como procedimento, quando há conflito de interesses com o meu trabalho profissional, de me declarar impedido de votar, retirando-me da sala do Conselho durante a discussão, a deliberação e a votação desses assuntos.

Considero que a reportagem mencionada, distorce os fatos, fazendo deles a pior interpretação possível. Na Primeira Instancia fui inocentado dessas acusações e na Segunda

Instancia, em curso nesse momento, há um embargo de declaração apresentado pela minha advogada e ainda não julgado.

Colegas Conselheiras e Conselheiros, a postura apresentada de forma incompleta e seletiva pela mídia será esclarecida e corrigida e pela justiça, estou certo disso.

É o que me ocorre esclarecer.

São Paulo, 6 de maio de 2024

Carlos Augusto Mattei Faggin
Presidente do CONDEPHAAT